

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



Desenvolvimento Sócio - Moral:
Raciocínio dos Adolescentes Sobre o Consumo de Substâncias Ilícitas

Dória Livramento Pinto Neves dos Santos

Mestrado Integrado em Psicologia
Secção de Psicologia Clínica e da Saúde
Núcleo de Psicologia da Saúde e da Doença

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



Desenvolvimento Sócio - Moral:
Raciocínio dos Adolescentes Sobre o Consumo de Substâncias Ilícitas

Dissertação orientada pela
Prof. Doutora Maria Luísa Torres Queiroz de Barros

Dória Livramento Pinto Neves dos Santos

Mestrado Integrado em Psicologia
Secção de Psicologia Clínica e da Saúde
Núcleo de Psicologia da Saúde e da Doença

2010

RESUMO

Objectivos: O objectivo deste estudo é investigar o raciocínio sócio-moral dos jovens adolescentes sobre o consumo de substâncias ilícitas. Pretende-se compreender as significações dos jovens adolescentes sobre este tema e conhecer quais as mudanças de desenvolvimento, ao nível do raciocínio sócio-moral, sobre o consumo de drogas.

Metodologia: Foi utilizado o método da entrevista individual semi-estruturada. Este método permite ter acesso aos argumentos espontâneos dos jovens elicitados por meio da entrevista clínica. A amostra é constituída por 31 jovens adolescentes (16 do sexo masculino e 15 do sexo feminino) estudantes do ensino público regular. Os jovens têm idades compreendidas entre os 13 e os 19 anos.

Resultados: Os resultados mostram que as principais significações dos jovens sobre os motivos para o consumo de substâncias ilícitas se relacionam com a influência dos pares, quer na forma de pressão dos mesmos, quer através da necessidade de afirmação no grupo de amigos. A análise desenvolvimentista permite-nos verificar que as significações dos jovens são classificadas sobretudo no nível 2 e no nível 3 de desenvolvimento. Estes dados estão de acordo com o conhecimento de que o estágio 3 é o mais comum durante a adolescência (Kohlberg, 1984).

Palavras - chave: Adolescência; Desenvolvimento moral; Consumo de substâncias; Prevenção; Comportamentos de risco.

ABSTRACT

Objectives: The purpose of this study is to investigate the sociomoral reasoning of adolescents regarding drug use. The aim is to understand how young adolescents make meaning about the subject. We also follow to understand the changes on sociomoral reasoning about illegal substances, throughout their development.

Methodology: The method used to perform the study was the semi-structured individual interview. This method allows access to the spontaneous arguments of the youngsters that go through the clinical interview. The sample is constituted by 31 young adolescents (16 males and 15 females), all students of the public education. Their ages vary between 13 and 19 years old.

Results: The results show that the main justifications of the adolescents for drug use have to do with their peers influences, whether by pressure from these, or by the necessity that a young adolescent feels to be accepted in his friends circle. The developmental analysis shows us that the arguments of the adolescents are classified mainly on the level 2 and 3 of the development stages. These data are supported by the knowledge that the stage 3 of development is the commonest during adolescence (Kohlberg, 1984).

Keywords: Adolescence; Moral development; Drug use; Prevention; Risk behavior.

ÍNDICE

1 – Enquadramento teórico	6
1.1 - Factores de risco para o consumo de drogas.....	6
1.2 - Desenvolvimento Moral ao longo da adolescência	10
1.3 - Raciocínio sócio-moral e consumo de substâncias ilícitas	14
1.4 - Prevenção do consumo de substâncias	15
2 - Objectivos do estudo	18
2.1 - Objectivo Geral.....	18
2.2 - Objectivos Específicos.....	18
3 - Metodologia	20
3.1 - Participantes.....	20
3.2 - Procedimento	20
3.3 - Instrumento	21
4 - Análise de Resultados.....	22
4.1 - Análise de entrevistas - Análise de conteúdo	23
4.2 - Análise de entrevistas - Análise desenvolvimentista de argumentos	27
4.3 - Análise de entrevistas - Classificação por níveis em cada parte da entrevista	29
5 - Discussão	31
6 - Bibliografia	33
7 - Anexos	36

1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente estudo tem como objectivo contribuir para o conhecimento do raciocínio sócio-moral dos jovens adolescentes sobre o consumo de substâncias ilícitas. Ao longo deste trabalho procuramos conhecer quais os tipos de raciocínio que os jovens utilizam para reflectir sobre os comportamentos de consumo e quais são as mudanças de desenvolvimento ao nível do raciocínio sócio-moral sobre o consumo de drogas.

A prevenção do abuso de substâncias ilícitas requer a compreensão dos factores psicológicos predisponentes a este comportamento. Antes de nos debruçarmos especificamente sobre as dimensões sócio-cognitivas envolvidas na decisão de consumir drogas, iremos analisar outras variáveis descritas na literatura como sendo predisponentes ao consumo. Quais os factores do meio? E que outras variáveis internas influenciam este comportamento?

1.1 - Factores de risco para o consumo de drogas

A fase da adolescência está relacionada com o aumento significativo das taxas de comportamentos de desvio. Este aumento pode ser melhor compreendido à luz da psicologia do desenvolvimento. A realização das tarefas de desenvolvimento deste período podem levar o adolescente a desafiar a autoridade parental. Exemplos destas tarefas são: reestruturar a relação com os pais, estabelecer relações profundas com os pares e aprender as competências necessárias à vida independente. Alguma tomada de risco, ou desafio às normas da autoridade, é saudável para o desenvolvimento normal, pois permite testar os limites da autoridade dos adultos e testar-se a si próprio (Cole & Cole, 2001).

A experimentação de “comportamentos do mundo dos adultos”, como o consumo de tabaco e álcool, é normal na adolescência (Hallfors, Waller, Bauer, Ford, & Halpern, 2005), mas alguns adolescentes ultrapassam os padrões de experimentação e consomem segundo padrões de risco.

Matos & Equipa do Projecto Aventura Social investigaram os estilos de vida dos adolescentes portugueses num estudo colaborativo da Organização Mundial de Saúde. Este estudo foi realizado de quatro em quatro anos, em 1998 (Matos et al., 2000), em 2002, (Matos et al., 2003), e em 2006 (Matos et al., 2006). Foi utilizada uma amostra de estudantes do 6º, 8º e 10º anos das escolas públicas, à qual foi aplicado um questionário de auto-relato. Os autores concluíram que o consumo de tabaco e substâncias ilícitas aumentou de 1998 para 2002, tendo diminuído em 2006. O consumo de álcool aumentou de 1998 para 2002 e estabilizou em 2006. Os indivíduos do sexo masculino e os estudantes mais velhos são os que mais consomem (Ferreira, Matos, & Diniz, 2008). A investigação tem ajudado a compreender a etiologia destes problemas, ajudando-nos a conhecer os factores que influenciam o consumo.

Hawkins e Catalano (2005) defendem que existe uma associação entre o consumo de drogas e outros comportamentos de risco, como a delinquência, sexo desprotegido e abandono escolar. Os factores que prevêm estes problemas de comportamento parecem ser os mesmos que os que prevêm o consumo de substâncias. Segundo Hawkins e Catalano (2005), na origem dos problemas de comportamento existem factores de risco e factores de protecção. Iremos de seguida analisar o conjunto de variáveis que influenciam o consumo de drogas. Estas podem ser ambientais e individuais (genéticas e psicológicas).

Entre as variáveis ambientais incluem-se a influência dos pares. Segundo McCrystal, Higgins, & Percy, (2005), os pares são uma fonte importante de acesso às drogas. As relações entre pares podem influenciar de várias formas os comportamentos de risco dos jovens – através da rejeição por parte de pares pró-sociais e da associação entre pares anti-sociais (Spooner & Hall, 2002).

Dick e seus colaboradores (2007) investigaram a influência dos pares no consumo de álcool ao longo do desenvolvimento. Concluem que, na fase tardia da adolescência, os pares têm maior influência do que os pais, no que diz respeito ao consumo do álcool. Estes resultados estão em consonância com estudos que consideram o consumo de substâncias por parte dos amigos, como um dos factores de risco mais fortes para o consumo de substâncias dos adolescentes (Matos, 2008). No entanto, a influência social não é irremediável, nem unidirecional, antes é um processo mútuo. Os adolescentes são influenciados pelos seus amigos, mas também os influenciam (Cole & Cole, 2001). Os pares podem também ser uma influência positiva para o comportamento dos jovens. Simões, Matos e Batista-Foguet (2008), concluem que os amigos têm um impacto positivo sobre a percepção de bem estar dos jovens, o que sublinha a importância dos pares para o ajustamento global do adolescente. O grupo de pares é um dos contextos sociais que influenciam a vida dos adolescentes, podendo constituir um factor de risco ou um factor de protecção (Matos, 2008).

A família é outro factor ambiental determinante na etiologia do comportamento de consumo de drogas. As relações neste contexto podem constituir risco quando existe conflito (Wills, Ainnete, Gibbons, Stoolmiller, & Shinar, 2008). Contudo, a família pode ter um efeito protector relativamente ao consumo de drogas e outros comportamentos de risco, se promover a aprendizagem de competências sociais, influenciar positivamente a escolha de pares (McCristal et al., 2005) ou servir como moderador do impacto da pobreza no consumo de drogas. O efeito protector é potenciado através da monitorização parental (Dick et al., 2007) e da modelagem do comportamento dos adultos. McCristal e seus colaboradores (2005) investigaram a relação entre o abuso de substâncias e a monitorização parental numa população de jovens considerada de alto risco, por não irem à escola. Os resultados indicam uma relação inversa entre o abuso de substâncias e a monitorização parental. Os adolescentes cujo comportamento é mais monitorizado pelos pais evidenciam menores taxas de consumos. Para além desta via, as opiniões dos pais são também uma influência importante para as decisões dos jovens sobre o consumo de drogas, enquanto que a percepção da confiança entre pais e filhos é dissuasora dos comportamentos de risco por parte dos adolescentes (Berkowitz, 2000).

Outro factor ambiental, como o contexto económico-social desfavorecido, pode influenciar os jovens no sentido de elevar o risco de consumo de drogas. Segundo Cole e Cole (2001), alguns factores de organização da sociedade ocidental propiciam o risco. Nestas sociedades, os adolescentes passam muito tempo com os pares e, neste caso, o comportamento anti-social é significativamente mais elevado.

A influência dos contextos sociais no consumo de drogas e outros comportamentos de risco é mediada por factores pessoais (Simões, Matos, & Foguet, 2006). As características individuais que influenciam os comportamentos de risco são diversas e interagem de forma complexa. Estas características incluem factores genéticos, como a predisposição genética para um deficit de auto-regulação comportamental (Dick et al., 2007), e variáveis psicológicas como as dificuldades ao nível das competências sociais (Matos, 2005). Outras variáveis psicológicas com uma influência importante no consumo são a busca de novas sensações e o sentimento de invulnerabilidade - os jovens subestimam os riscos que tomam e sentem que nada de mal lhes poderá acontecer (Cole & Cole, 2001); Também a baixa auto-estima nas raparigas, os problemas interpessoais e a agressividade nos rapazes podem influenciar o consumo. Os adolescentes com estas características têm maiores taxas de consumo de álcool (Office of National Drug Control Policy, 2006).

A capacidade de auto-regulação tem um papel relevante na tomada de decisão relativamente ao consumo. Wills e colaboradores (2008) testaram a hipótese de que o auto-controlo tem efeitos protectores no consumo de substâncias (tabaco, álcool e marijuana), no que diz respeito a três factores de risco: acontecimentos familiares, acontecimentos na vida dos adolescentes e consumo de substâncias por parte dos pares. Segundo os resultados, os indivíduos com classificações mais altas em auto-controlo demonstraram menor impacto do factor de risco no seu consumo. Os autores concluem que a auto-regulação comportamental pode contribuir para o desenvolvimento da resiliência, reduzindo o impacto da impulsividade e da dificuldade em tomar decisões.

O consumo também parece estar relacionado com a forma como os adolescentes se adaptam ao meio escolar, uma vez que influencia o seu desempenho (Bergen, Martin, Roeger, & Allison, 2005). Estes autores referem existir uma relação bidireccional entre a percepção de insucesso académico e o consumo de substâncias. No seu estudo concluem que a iniciação e a progressão do consumo contribuem para o declínio da auto-estima académica. As intervenções que têm o objectivo de aumentar o auto-conceito académico podem reduzir o consumo de substâncias. No entanto, o envolvimento escolar também pode influenciar a probabilidade do jovem consumir. McCristal e seus colaboradores (2005) estudaram a relação entre o absentismo escolar e o consumo de drogas. Os autores compararam uma amostra de jovens de 12 e 13 anos excluídos da escola, com uma amostra escolar. Segundo os resultados, o primeiro grupo tinha três vezes mais probabilidades de consumir solventes e cannabis. Concluíram que os jovens que não vão à escola tendem a consumir mais do que os jovens que estão integrados no meio escolar.

Simões, Matos, & Batista-Foguet (2008) propõem um modelo explicativo sobre os factores determinantes do consumo de substâncias. Concluem que os factores sociais que influenciam o

consumo são mediados por factores pessoais que inibem ou facilitam os comportamentos de risco. Entre estes, os consumos são os principais preditores de outros consumos, por exemplo, o consumo de álcool é preditor do consumo de drogas.

Reconhecendo que a análise dos factores psicológicos predisponentes ao consumo é uma tarefa vasta, pretendemos compreender melhor as questões relacionadas com a iniciação do consumo, através de uma abordagem sócio-cognitiva. A aplicação da teoria cognitivo-desenvolvimentista pode ajudar a explicar a susceptibilidade de alguns indivíduos ao consumo e abuso de drogas (Berkowitz, 2000). Esta teoria sublinha que os indivíduos tendem a construir o significado das suas experiências, sendo esta construção influenciada pelo seu nível de desenvolvimento moral (Kohlberg, 1984). A decisão sobre o consumo de drogas envolve provavelmente uma decisão acerca do que é certo e do que é errado, isto é, um processo de moral.

1.2 - Desenvolvimento Moral ao longo da adolescência

Perspectiva de Lawrence Kohlberg

Iremos de seguida analisar a abordagem cognitivo-estruturalista de Kohlberg (1984) que foca a construção de significado no campo da moralidade.

O raciocínio moral nos adolescentes sofre mudanças importantes no período que vai dos 12 aos 19 anos. Esta é uma fase na qual os jovens estão muito interessados em questões sobre o que é certo ou errado, em termos sociais, e em que tendem a tornar-se progressivamente mais conscientes das implicações do seu raciocínio e do seu comportamento social. O desenvolvimento moral influencia a forma como as pessoas constroem o significado sobre o mundo social. Kohlberg (1984) fornece um modelo sobre o raciocínio moral na adolescência que se enquadra na teoria cognitivo-desenvolvimentista. É neste modelo que baseamos o nosso estudo, no sentido de compreendermos o raciocínio dos jovens sobre o consumo.

Na metodologia desenvolvida por Kohlberg (Colby & Kohlberg, 1987a, 1987b) são utilizadas histórias que apresentam dilemas morais hipotéticos, isto é, apresentam conflitos entre princípios morais. O que é mais importante avaliar é o raciocínio moral utilizado para resolver o conflito. Através da cotação das respostas que as pessoas apresentam para este tipo de questões, é realizada uma classificação do raciocínio em diferentes categorias. Esta classificação permitiu ao autor organizar uma sequência de estádios segundo a qual o raciocínio progride. Kohlberg (1984) propôs que a progressão no raciocínio moral se organiza em seis estádios, organizados em três níveis.

A mudança ao longo destes estádios é gradual, por isso o raciocínio da pessoa enquadra características de mais do que um estádio ao mesmo tempo. É por isso necessário ter uma grande amostra de significações do sujeito para fazer uma classificação do seu raciocínio moral. Não existe o raciocínio baseado em apenas um estádio, pelo que é realizada uma classificação segundo o tipo de raciocínio mais frequente (Kohlberg, 1984).

ESTÁDIOS DE RACIOCÍNIO MORAL

Kohlberg sugeriu uma sequência universal e invariável de progressão ao longo dos estádios. Estes estádios estruturais obedecem aos seguintes critérios: são qualitativamente diferentes; obedecem a uma sequência invariável universal com uma hierarquia subjacente – os tipos de raciocínio moral pertencentes a estádios mais elevados integram os modos mais elementares de raciocínio existentes na sequência; cada um destes estádios forma uma estrutura de conjunto, ou uma organização de pensamento (Kohlberg, 1984).

Nível 1: Raciocínio pré-convencional - Neste nível, o raciocínio moral envolve a referência a eventos externos e físicos, e a interesses concretos e imediatos. As convenções sociais ainda não são levadas em conta, nem as intenções das pessoas. Por tudo isto, a moralidade neste estádio é considerada heterónoma.

ESTÁDIO 1 – ORIENTAÇÃO PARA A OBEDIÊNCIA E CASTIGO (OU MORALIDADE HETERÓNOMA)

O raciocínio moral no primeiro estádio refere-se à obediência ou à evitação do castigo por parte de figuras poderosas. Os actos são julgados como certos ou errados mediante o que é transmitido por figuras de autoridade, que detêm um poder inquestionável para as pessoas cujo raciocínio se enquadra neste primeiro nível. Também confunde a perspectiva da autoridade com a sua própria perspectiva. Um acto é julgado certo ou errado se originar o castigo ou não. A pessoa tem uma perspectiva social egocêntrica, pois não distingue os interesses de outros em relação aos seus próprios interesses. Para o sujeito que raciocina neste estádio, a responsabilidade moral é objectiva e concreta, pois não atende às intenções das pessoas que cometem uma transgressão. Os valores morais são avaliados exclusivamente através das acções morais.

ESTÁDIO 2 – ORIENTAÇÃO PARA O INTERESSE

Os actos são avaliados também através de critérios externos e concretos. No entanto o indivíduo tende a fazer esta avaliação de uma forma pragmática, mediante o seu interesse. As acções são consideradas certas ou erradas conforme o benefício que trazem para o actor ou para os que lhe são próximos (Kohlberg, 1984). É uma visão instrumental, hedonista da conduta, pois a pessoa interessa-se pela satisfação das suas necessidades pessoais. No que diz respeito à perspectiva social, esta é individualista porque apesar de distinguir perspectivas em confronto, defende sempre o ponto de vista do próprio. Ainda não existe a perspectiva de uma terceira pessoa que procura balancear pontos de vista em confronto.

Este é um estágio dualista e prudencial, pois ao contrário do anterior, os valores morais não estão nas acções, mas nas suas consequências, pois são estas que levam ao cumprimento ou à transgressão das regras.

Neste segundo estágio há um elemento de transição para o segundo nível – existe uma perspectiva que já considera as pessoas e as suas intenções.

Nível 2: Raciocínio convencional – O raciocínio moral baseia-se nas expectativas sociais que foram interiorizadas pelo sujeito, e este conforma-se a estas regras. Há uma moralidade interpessoal, pois a pessoa valoriza a opinião dos outros e tende a agir de modo a merecer o respeito dos outros (Lourenço, 2002). O indivíduo toma o ponto de vista como membro da sociedade, ultrapassando o ponto de vista concreto e individualista do nível pré-convencional. O valor moral reside em realizar bem os papéis sociais, tentando manter a ordem social.

ESTÁDIO 3 – ORIENTAÇÃO PARA A CONFORMIDADE INTERPESSOAL

Esta é uma moralidade interpessoal baseada na aprovação social, pois é valorizado o que está de acordo com as expectativas e regras da sociedade. A avaliação moral da pessoa baseia-se na opinião dos que lhe são próximos e importa manter relações de confiança e lealdade, desempenhando bem os papéis estereotipados, estabelecidos pela sociedade (Kohlberg, 1984). Neste estágio existe também a orientação para uma moralidade relacional e afectiva, pois é valorizada a acção que demonstra bons motivos e preocupação pelos outros.

A pessoa compreende a Regra de Ouro, sendo capaz de se colocar no lugar do outro, e de tratá-lo como gostaria de ser tratado. Esta regra implica uma perspectiva de terceira pessoa, pois o sujeito consegue coordenar duas perspectivas em conflito (utilizando a perspectiva de um “eu” observador). No entanto esta coordenação ainda é feita de um ponto de vista relacional, afectivo e de aprovação social, e não de uma perspectiva legal, institucional e social.

No início da adolescência os jovens começam a reconhecer as convenções sociais como padrões standardizados sobre o que está certo e o que está errado. O estágio 3 é o mais comum durante a adolescência. A moralidade na adolescência é tipicamente inter-relacional, isto é, ser moral é tentar corresponder às expectativas das pessoas significativas da sua vida.

ESTÁDIO 4 – ORIENTAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DA ORDEM SOCIAL

Neste estágio a pessoa valoriza a manutenção das regras da sociedade, mas agora com uma visão mais formal das regras. Estas devem ser mantidas e cumpridas, não por uma questão de aprovação social, mas por um imperativo de cumprimento de deveres. Este imperativo apela também à consistência social (os actos morais são os que estão de acordo

com a manutenção das regras da sociedade, porque contribuem para o funcionamento da mesma) e à consistência interna (imperativo de honra e consciência para o cumprimento dos deveres).

Está patente a tomada de perspectiva de terceira pessoa que coordena perspectivas de forma racional (Lourenço, 2002). O indivíduo tenta encontrar soluções racionais, equilibradas e imparciais, e tem uma perspectiva geral ao nível do sistema. No entanto a pessoa considera uma razão institucional e não ainda uma razão universal (Lourenço, 2002).

O estágio 4 de desenvolvimento pode ser alcançado durante a adolescência apesar de não ser o mais frequente. Este nível de moralidade convencional implica que os jovens tenham desenvolvido a capacidade de raciocínio formal, relacionada com a conjugação de várias perspectivas.

Nível 3: Raciocínio pós-convencional - Para as pessoas cujo raciocínio se insere neste nível, as regras e leis são relativas e devem subordinar-se aos princípios universais que representam o ponto de vista moral, como os princípios da vida, liberdade e justiça. O indivíduo, neste nível, toma uma perspectiva moral individual, isto é, defende valores que resultam de uma escolha de princípios, que poderá ser aplicada a qualquer indivíduo racional.

ESTÁDIO 5 – ORIENTAÇÃO PARA O CONTRATO SOCIAL

Para as pessoas cujo raciocínio se enquadra neste estágio, a maioria das regras são relativas a determinada sociedade e devem ser subordinadas a princípios universais. Há valores e direitos que não são relativos a nenhum grupo social – como o valor da vida e da liberdade, que são universais.

Existe também a ideia de um contrato social entre o indivíduo e a sociedade – uma escolha livre e implícita de obedecer às leis da sociedade, para possibilitar a protecção dos vários direitos individuais (Colby & Kohlberg, 1987a). As leis devem obedecer ao princípio da utilidade social – o maior bem para o maior número. Podem ser colocadas em causa, se não seguirem este princípio, pois devem estar adequadas ao bem-estar de todos os indivíduos. Esta é uma orientação para a transformação da sociedade, ao contrário do estágio anterior, em que o importante era a manutenção da sociedade. A pessoa toma a perspectiva de uma terceira pessoa racional e universal que tenta tomar decisões imparciais, segundo um ponto de vista moral.

Para estes sujeitos, as pessoas existem antes da sociedade. Preocupam-se assim com o respeito institucional que o sistema deve proporcionar a todos os indivíduos e com o auto-respeito que deve existir subjacente às escolhas morais. Segundo Kohlberg (1984) este estágio é menos frequente e surge somente na idade adulta.

ESTÁDIO 6 – ORIENTAÇÃO PARA PRINCÍPIOS UNIVERSAIS

Este estágio deixou de ser considerado uma realidade empírica e passou a ser considerado um ideal teórico de desenvolvimento. A consciência e os princípios éticos universais devem ser a base da decisão moral, uma vez que as normas sociais são relativas. É uma orientação deontológica, porque é orientada para princípios como o da justiça. A perspectiva social neste estágio é a de uma terceira pessoa racional e universal. A avaliação moral é submetida a um controlo da universalidade e da reversibilidade - uma acção aceite por todos, mesmo que se invertessem os papéis no conflito em questão (Lourenço, 2002; Colby e Kohlberg, 1987a).

1.3 - Raciocínio sócio-moral e consumo de substâncias ilícitas

A investigação sobre o consumo de drogas tem incidido relativamente pouco sobre os aspectos sócio-cognitivos e sobre o raciocínio que preside à decisão de consumo. Acreditamos que o desenvolvimento moral é um dos aspectos que influenciam o raciocínio sobre o consumo. Em seguida apresentamos uma síntese da literatura que relaciona aspectos do desenvolvimento moral, com as significações dos jovens acerca do consumo de substâncias.

Berkowitz, Guerra e Nucci (1991) investigaram a relação entre o raciocínio moral e o consumo de drogas, criando um modelo fenomenológico que combina o modelo de compreensão social de Turiel (1983) com o conhecimento sobre o desenvolvimento moral estudado por Kohlberg (1984). Este modelo foi aplicado num estudo intitulado “Project Decide” (Berkowitz et al., 1995a) que teve por objectivo compreender a relação entre o nível de raciocínio moral e o comportamento de consumo dos adolescentes. O Project Decide utilizou três dos dilemas morais da entrevista de Kohlberg para avaliar o desenvolvimento do raciocínio moral em jovens do ensino secundário. Seguidamente foi avaliado o comportamento de consumo dos adolescentes através de um questionário de auto-relato. Os autores encontraram uma relação entre o estágio de maturidade na tomada de decisão moral dos jovens e a probabilidade de estes consumirem uma série de substâncias (tabaco, marijuana e cocaína). Isto é, os jovens com mais maturidade ao nível do raciocínio moral tinham menos probabilidade de consumir estas substâncias (Berkowitz, 2000).

Noutros estudos (Berkowitz, Kahn, Mulry, & Piette, 1995; Nucci, Guerra, & Lee, 1991) os autores questionaram jovens do ensino secundário, no sentido de avaliarem a sua compreensão sobre o consumo. Numa primeira parte foi pedido aos jovens para classificarem o consumo de drogas como certo ou errado. Numa segunda parte foi pedido para classificarem o consumo como prejudicial ou não, na perspectiva do consumidor e dos que se relacionam com este. Os resultados demonstraram que a maioria dos jovens considerou como errado o abuso de substâncias ilícitas (uso regular de drogas leves

ou consumo de drogas duras), devido ao prejuízo causado aos outros. Os adolescentes mais novos classificaram os consumos “leves” (tabaco, álcool e marijuana) como mais prejudiciais do que os adolescentes mais velhos. Todos os sujeitos tenderam a classificar os comportamentos que envolvem drogas duras (anfetaminas e opiáceos) como muito prejudiciais e como errados, independentemente de haver uma regra ou lei.

Os autores aplicaram simultaneamente um questionário de auto-relato com o objectivo de analisar o nível de consumo dos jovens. Após dividirem os sujeitos mediante o seu consumo auto-relatado, foi feita uma análise da relação entre o comportamento e o raciocínio dos jovens sobre o tema. Verificou-se que os sujeitos que caracterizavam o consumo como prejudicial tinham menos tendência para se envolverem no referido comportamento. Os autores concluíram que os adolescentes que compreendem o papel prejudicial do consumo de substâncias nas suas vidas, estão mais protegidos do abuso de drogas (Berkowitz, 2000). Segundo os autores, o raciocínio sócio-moral é um factor predisponente para o abuso de drogas e o seu estudo poderá contribuir para a prevenção deste comportamento.

1.4 - Prevenção do consumo de substâncias

A investigação sobre a etiologia dos comportamentos aditivos deverá ser aplicada, tanto quanto possível, aos programas de promoção da saúde dirigidos à população adolescente. Noutra secção analisámos algumas das variáveis que podem estar na origem destes comportamentos. A prevenção destes consumos não será eficaz se não levar em conta o conjunto dos factores de risco para o consumo de drogas, e se não trabalhar colaborativamente com a prevenção de outros comportamentos de risco, como a prevenção da delinquência. Os programas multifocais são mais eficazes, uma vez que os problemas de comportamento partilham os mesmos factores de risco (Matos, 2008). Verifica-se alguma discussão sobre quais as intervenções mais eficazes para a prevenção do consumo. Esta polémica centra-se nos conteúdos que devem estar incluídos nos programas de prevenção, assim como na forma que os mesmos devem adoptar.

Dusenbury, Brannigan, Falco e Hansen (2003) defendem que a escolha de estratégias e conteúdos eficazes é determinante para o sucesso dos programas de prevenção do consumo de drogas. Segundo os autores, o treino de competências de resistência social é uma estratégia que está estudada como sendo eficaz, ao contrário de outras técnicas como a disseminação da informação e a promoção do desenvolvimento da auto-estima. Existem ainda intervenções que devem ser excluídas por terem um efeito prejudicial, tais como aquelas que pretendem aumentar o medo, ou os programas que têm como objectivo a abstinência total (Mcbride, 2003) e a segregação de jovens de alto risco (Dusenbury et al., 2003).

O treino de competências de resistência social é também utilizado em programas baseados na teoria cognitivo-comportamental (Matos, 2005; Botvin, Baker, Dusenbury, Tortu, & Botvin, 1990;

Eisen, Zellman, Maset, & Murray, 2002). Esta abordagem concebe o consumo como um processo de aprendizagem mediado por factores individuais (como as cognições, a auto-estima e competências de recusa) e estimulado por factores do meio (como os pares e a família). Neste contexto foram desenvolvidos programas com o objectivo de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, como, por exemplo, competências para lidar com as influências sociais para fumar, beber e consumir drogas. Os programas de promoção de competências de vida baseados na abordagem cognitivo-comportamental, nos quais se incluem o “Botvin Life Skills Training” (Botvin et al., 1990) e o “Skills for Adolescence” (Eisen et al., 2002), têm sido avaliados como sendo eficazes na redução do consumo. No entanto, outros autores (Mcbride, 2003; Baker, 2006) defendem que apesar dos programas com base na influência social terem bons resultados, a componente mais eficaz deste tipo de programas é a educação normativa, que tem maior impacto na redução da motivação para o consumo do que o treino de competências de resistência. Este tipo de educação pretende alterar a percepção de normas sociais, demonstrando aos jovens que as taxas actuais de consumo de drogas e a aprovação do comportamento de consumo são mais baixas do que eles pensam. Nesta perspectiva, foi concebido o programa de prevenção Blueprint (Baker, 2006), que incide sobre a educação normativa. O programa foi avaliado um ano depois da sua aplicação, com efeitos positivos.

A perspectiva desenvolvimentista sublinha a importância da adequação da mensagem de prevenção ao público-alvo, considerando o seu nível de desenvolvimento cognitivo e moral. Por exemplo, os programas de prevenção do abuso de drogas têm mais impacto se forem aplicados em períodos precoces do desenvolvimento (Spooner & Hall, 2002) e as intervenções que são dirigidas às crianças pequenas devem focalizar temas mais gerais e distais de desenvolvimento, em vez de focarem directamente sobre o consumo de substâncias (Berkowitz, 2000). Durante o primeiro ciclo escolar os programas devem seguir uma lógica dualista, para que sejam compreendidos pelas crianças. O desenvolvimento moral nesta fase segue uma lógica instrumental. Na adolescência dá-se o desenvolvimento da lógica formal e por isso os jovens já têm a capacidade para raciocinar sobre situações hipotéticas. Reconhecem que uma pessoa que consome fá-lo também porque o consumo tem efeitos desejáveis ou porque dele retira prazer. É importante que os programas de prevenção incidam sobre este aspecto. Durante o fim da adolescência a moralidade relaciona-se sobretudo com a aprovação social. Os programas devem levar em conta esta fase, em que a moralidade é tipicamente interrelacional e em que os adolescentes tentam imitar os pares, procurando uma fonte de segurança. A transição da adolescência para a idade adulta é uma fase de alto risco para o consumo de substâncias, incluindo o consumo excessivo de drogas, devido a problemas em gerir esta transição (Berkowitz & Begun, 2003).

O “Child Development Project” (CDP) (Berkowitz, 2000) é um exemplo deste tipo de programas. Pretende promover o raciocínio moral através de uma abordagem semelhante às Escolas de Comunidade Justa, seguindo um modelo teórico de Educação para o Carácter. O CDP ajudou a reduzir o consumo de substâncias (tabaco, álcool e marijuana) em estudantes do 5º e 6º anos, por um período de três anos, comparado com outras escolas nas quais o programa não foi aplicado.

No entanto alguns autores consideram que para o sucesso dos programas de prevenção, não são apenas os conteúdos que são importantes. McBride (2003) define vários critérios para estes programas, que podem torná-los mais eficazes, promovendo a mudança comportamental.

Um primeiro critério referido é o objectivo da intervenção. Tobler, Lessard, Marshall, Ochshorn, & Roona (1999) e outros revisores concordam que os programas mais eficazes são aqueles que têm o foco na mudança de comportamentos de consumo de forma objectiva (ausência de consumo ou atraso no início dos consumos), em vez de se centrarem na mudança de atitudes ou de conhecimento. Outro critério de eficácia refere-se à forma da intervenção. McBride (2003) identifica os programas interactivos como sendo duas vezes mais eficazes do que os programas não interactivos. A oportunidade para praticar novas competências funciona como um impulso para a mudança. A interacção entre pares é também um poderoso instrumento para o sucesso da intervenção. Na sua meta-análise, Tobler (1997), conclui que este factor facilita a descentração cognitiva e a mudança comportamental. O treino de professores que orientam os programas também aumenta a eficácia dos programas - os professores que recebem treino têm mais probabilidade de implementar os programas com fidelidade (Dusenbury et al., 2003). Matos (2008) refere a importância de envolver não só os professores, mas também os pais, uma vez que estes dois intervenientes são importantes para a satisfação com a escola e para o ajustamento emocional, que constituem factores de protecção para o consumo. Os pares também devem ser implicados, pois são essenciais na vida do adolescente. A existência de sessões extra, desenvolvidas após o término do programa, facilitam a manutenção das mudanças comportamentais obtidas. Por último, é importante a divulgação das intervenções cuja eficácia tenha sido comprovada (Dusenbury et al., 2003). Os autores acrescentam que o sucesso dos programas depende da fidelidade de implementação, isto é, da forma como estes são implementados, garantindo a sua qualidade. São referidos os seguintes componentes para uma implementação bem sucedida: intensidade e número de sessões (quanto mais intensidade, mais eficácia tem o programa); grau de complexidade da mensagem (uma mensagem objectiva e simples é mais facilmente implementada); e receptividade da organização para adoptar novos programas.

2 - OBJECTIVOS DO ESTUDO

2.1 - Objectivo Geral

O objectivo geral deste estudo é investigar o raciocínio sócio-moral dos jovens adolescentes sobre o consumo de substâncias ilícitas.

2.2 - Objectivos Específicos

O presente estudo incide na dimensão sócio-cognitiva do consumo de substâncias por parte dos adolescentes. É utilizada a abordagem fenomenológica aplicada à moralidade, baseada na abordagem cognitivo-estruturalista de Kohlberg (1984). Esta abordagem foca a construção de significado realizada pelo sujeito sobre o consumo de substâncias.

Pretende-se compreender quais as significações que os jovens utilizam para reflectir sobre os comportamentos de consumo de substâncias ilícitas.

Outro objectivo específico é compreender se estas significações sobre o consumo de substâncias se enquadram num padrão de progressão sequencial para níveis mais abrangentes de desenvolvimento. Prevemos que esta sequência se realize da seguinte forma: no início da adolescência já existe uma categorização dos fenómenos sociais mas esta é realizada ainda sob uma lógica dualista e instrumental – as drogas tendem a ser vistas como más. Os jovens tenderão a considerar o consumo como moralmente errado, somente com base nas consequências negativas deste. Nesta fase pode ser confuso para os adolescentes integrar mensagens ambíguas como o conhecimento de que algumas pessoas consomem por causa do prazer que podem sentir. Com a puberdade surgem mudanças ao nível social e psicológico, nomeadamente, o desenvolvimento da lógica formal. Os jovens têm já a capacidade para raciocinar sobre as abstrações (Berkowitz & Begun, 2003).

No final da adolescência os jovens passam por um período de exploração. Comparam-se com os pares, procurando neles uma fonte de regulação. Se os pares consumirem, os adolescentes podem estar em risco de consumir. A moralidade nesta fase da adolescência tende a ser inter-relacional e relacionada com aprovação social (Berkowitz & Begun, 2003). Nesta fase, o desenvolvimento da complexidade do raciocínio lógico e sócio-moral permite que os jovens considerem as implicações sociais do consumo.

Questões de Investigação

1. Quais são as significações dos adolescentes relativas ao consumo de substâncias ilícitas? Que tipo de argumentos ou justificações são apresentados pelos jovens na sua compreensão acerca do tema?
2. Existirão mudanças desenvolvimentistas nesta compreensão, ao longo da adolescência? Essas mudanças estão de acordo com os princípios do modelo de desenvolvimento sócio-cognitivo?

3 - METODOLOGIA

3.1 - Participantes

A amostra é constituída por 31 jovens adolescentes (16 do sexo masculino e 15 do sexo feminino) estudantes em escolas públicas regulares da periferia da cidade de Lisboa. Os jovens têm idades compreendidas entre os 13 e os 19 anos, com a distribuição que se pode observar na seguinte tabela.

Tabela 1 - Distribuição da Amostra

Género	Idades							Total
	13	14	15	16	17	18	19	
Masc	2	2	2	2	2	5	1	16
Fem		1			4	8	2	15

3.2 - Procedimento

Os participantes são jovens estudantes pertencentes a várias instituições da região da Grande Lisboa. Foi endereçada uma carta solicitando a autorização a cada uma destas instituições para realizar o estudo junto dos jovens que frequentavam cada um destes estabelecimentos (anexo 3).

Seguiram-se entrevistas com os respectivos responsáveis de cada instituição, nas quais foi obtida resposta positiva aos pedidos de autorização. Por fim, as entrevistas foram agendadas com o auxílio dos responsáveis pelas instituições. As entrevistas aos jovens realizaram-se fora do horário das actividades lectivas, nos intervalos, em salas pertencentes às instalações das escolas.

Foram também contactados, de forma informal, jovens de um Agrupamento de Escuteiros e de um programa municipal para jovens, também na região da Grande Lisboa. As entrevistas realizaram-se, no primeiro caso, nas instalações do agrupamento de escuteiros e, no segundo caso, no espaço onde o programa decorria. A participação dos jovens também decorreu fora do horário de actividades dos respectivos programas. O tempo de realização da entrevista situou-se entre os 15 e os 25 minutos. Antes da realização das entrevistas foi explicado aos jovens que a sua participação era voluntária, anónima e confidencial e foi solicitado o seu assentimento para esta colaboração.

3.3 - Instrumento

Foi realizada uma adaptação do método de Kohlberg - os dilemas estandardizados foram substituídos por dilemas relacionados com o consumo de substâncias e as respostas foram classificadas a partir das descrições de estágio disponíveis em Colby e Kohlberg (1987a).

Foi utilizado o método da entrevista individual semi-estruturada (anexo 1). O objectivo da utilização deste método é ter acesso às significações dos jovens sobre o tema em estudo. Desta forma é possível analisar os argumentos e as justificações dadas espontaneamente pelos jovens, assim como utilizar contra-sugestões no sentido de clarificar o raciocínio dos jovens. Sendo este um estudo exploratório, temos por objectivo conhecer o tipo de argumentos espontâneos elicitados por meio de uma metodologia clínica, em oposição aos questionários de auto-relato, nos quais o acesso às justificações é limitado. Colby e Kohlberg (1987a) sublinham a vantagem da utilização da entrevista clínica, uma vez que este método permite esclarecer respostas ambíguas e gravar de forma integral o raciocínio do sujeito.

A entrevista é composta por uma primeira parte de avaliação do nível de conhecimentos sobre diferentes tipos de drogas ilegais. Esta parte pretende verificar se os jovens têm um conhecimento básico sobre os seus efeitos e consequências.

Numa segunda parte pretende-se compreender os motivos atribuídos pelos jovens para a experimentação e consumo dos diferentes tipos de drogas pelos jovens em geral. Estas questões são colocadas na terceira pessoa, com o intuito de avaliar as respostas numa perspectiva de descentração social (por exemplo: “por que razões achas que os jovens consomem drogas...”).

Na terceira parte é introduzido um dilema sócio-moral (anexo 1) com o objectivo de avaliar o raciocínio perante uma situação hipotética de exposição social ao consumo. O sujeito é também interrogado sobre a autoridade que considera válida para regular o consumo de drogas. Outro objectivo desta fase é perceber se os jovens consideram o consumo como errado ou como prejudicial. Ao longo da entrevista são utilizadas questões que funcionam como contra-prova relativamente às respostas dos jovens. O objectivo deste método é identificar os tipos de raciocínio dos jovens e classificá-los segundo a teoria de desenvolvimento moral de Kohlberg (1984).

4 - ANÁLISE DE RESULTADOS

Procedimento: a análise dos resultados iniciou-se com a transcrição das entrevistas gravadas (anexo 2). Em seguida foi realizada a análise de conteúdo na qual foram identificadas categorias e subcategorias através do método das comparações sucessivas (anexo 4). Seguiu-se a análise das frequências de cada categoria. Por fim foi realizada a análise desenvolvimentista das mesmas entrevistas, procedendo à identificação das verbalizações identificadoras de determinados tipos de justificação mais ou menos elaborados, abstractos e complexos. As significações foram classificadas segundo o seu nível de diferenciação e integração de perspectivas, no sentido da evolução de um ponto de vista concreto para um ponto de vista mais geral e abstracto (Lourenço, 2002). Os argumentos apresentados pelos jovens foram simultaneamente classificados por nível de desenvolvimento. Depois foi realizada a caracterização individual do tipo de raciocínio de cada jovem. Nesta fase foi atribuído o nível de desenvolvimento mais frequentemente demonstrado mediante as significações elicítadas pela entrevista fenomenológica.

4.1 - Análise de entrevistas - Análise de conteúdo

Quadro 1

Análise de Conteúdo

1ª Parte “Conhecimento sobre efeitos e consequências das substâncias”

n = 31

Efeitos e Consequências	Total*	Masc	Fem
Consequências físicas	24	10	14
Consequências físicas - Doenças	14	6	8
Consequências físicas - Dependência	6	4	2
Consequências físicas - Prejuízos Cerebrais	3	0	3
Consequências físicas - Sonolência	1	0	1
Consequências psicológicas	19	10	9
Consequências psicológicas - Alteração estados humor/ Consciência	10	6	4
Consequências psicológicas - Esquecer problemas/ Alienação	5	2	3
Consequências psicológicas - Euforia	2	1	1
Consequências psicológicas - Agressividade	2	1	1
Consequências Sociais	3	1	2
Morte	2	2	0
Consequências familiares	1	1	0

* Total referente a quantidade de argumentos. Cada sujeito forneceu vários argumentos para cada temática.
As categorias não são mutuamente exclusivas

O Quadro 1 descreve as categorias identificadas através da análise de conteúdos referente à primeira parte da entrevista - “Conhecimentos sobre efeitos e consequências das substâncias”. Verifica-se que os participantes referem mais vezes as “consequências físicas” das drogas, nomeadamente as doenças físicas, seguindo-se as “consequências psicológicas - alteração de estados de humor/ consciência”, e finalmente outras consequências como “morte” são referidas com menos frequência. Quanto ao género, não é de salientar diferenças relativas às categorias descritas.

Quadro 2

Análise de Conteúdo

2ª Parte "Razões para Consumo ou Não Consumo"

n = 31

	3a	4a	3b	4b	5a	5b	Total *	Masc	Fem
	Consumo	Experimentação e continuação	Não consumo	Experimentação e não continuação	Consumo ocasional	Consumo regular			
Afirmção no grupo de amigos	23	7	6	1	5	1	43	20	23
Dependência Física	2	6	9			14	31	17	14
Prazer	8	11		3	5	2	29	14	15
Curiosidade/ Experimentação	12	2	2	3	2	1	22	6	16
Entretenimento	2	1		1	12	2	18	6	12
Esquecer problemas	12				1	4	17	6	11
Educação/ Informação			10				10	5	5
Evitar prejuízos			4	4			8	5	3
Personalidade			5		1	1	7	4	3
Livre arbítrio		4	1	1		1	7	2	5
Auto-confiança	1		1	1	3		6	3	3
Sensação Desagradável				5			5	1	4
Falta de acesso/ dinheiro			1	1	2		4	3	1
Valoriza a opinião dos pais			1	1			2	2	0
Depressão		1				1	2	2	0
Revolta/ Transgressão de normas sociais	2						2	0	2

* Total referente a quantidade de argumentos. Cada sujeito forneceu vários argumentos para cada temática. As categorias não são mutuamente exclusivas

O Quadro 2 representa as categorias identificadas através da análise de conteúdos da segunda parte da entrevista "Razões para o consumo e não consumo". Destaca-se a "afirmação no grupo de amigos", a "dependência física" e o "prazer em consumir" como os argumentos mais frequentemente utilizados pelos jovens nesta parte. O "prazer em consumir" é a razão mais utilizada para explicar porque é que os jovens experimentam e continuam a consumir. Também as significações sobre a curiosidade/ experimentação são apresentadas como justificações para o consumo. Este motivo é mais referido pelas raparigas do que pelos rapazes. As significações sobre os motivos para consumir ocasionalmente relacionam-se sobretudo com o entretenimento, enquanto o motivo referido mais vezes para o consumo regular é a dependência física. Quanto aos motivos para não consumir, os jovens referem maioritariamente que este comportamento se deve sobretudo à educação e à informação das pessoas.

Quadro 3 A
Análise de Conteúdo

3ª Parte “Dilema Moral”

n = 31

	6	6	6a	6a	6a	Total *	Masc	Fem
	Consumo marijuana	Consumo Heroína	Efeitos/ Consequências da Substancia	Papel das opiniões das outras pessoas	Estatuto legal da droga			
Pressão/ influência dos amigos	18	5	1	4		28	8	20
Afirmção no grupo de amigos	5	3	1	14		23	15	8
Dependência	1	6	4		3	14	6	8
Curiosidade/ Experimentação	7	1	1	1		10	3	7
Personalidade	6	1		3		10	4	6
Considera o consumo como prejudicial	1	2	6			9	4	5
Livre arbítrio	3		2	3	1	9	4	5
Valorização da opinião dos pais				8		8	3	5
Informação sobre as consequências do consumo				1	6	7	3	4
Medo do castigo dos pais				4	2	6	6	0
Não valoriza a temática em questão				1	5	6	2	4
Auto-Controlo	4					4	2	2
Prazer	1		2			4	3	1
Desafio às regras parentais e sociais				1	1	2	0	2
Impulso			1	1		2	0	2
Entretenimento			1			1	1	0

* Total referente a quantidade de argumentos. Cada sujeito forneceu vários argumentos para cada temática. As categorias não são mutuamente exclusivas

O Quadro 3 A apresenta as categorias identificadas através da análise de conteúdo relativa à terceira parte da entrevista, o dilema moral. Destacam-se as significações sobre a influência social para o consumo. A “pressão/ influência dos amigos” é o argumento mais frequentemente referido, principalmente pelas raparigas, e tem especial incidência na temática “consumo de marijuana”. Segue-se a “afirmação no grupo de amigos”, motivo mais referido pelos rapazes. A dependência física é o terceiro argumento mais frequente, com mais significações relativas ao consumo de heroína. Os argumentos “curiosidade/experimentação” e “personalidade” são também apresentados frequentemente como motivos para o consumo e são mais referidos pelas raparigas.

Quadro 3 B**Análise de Conteúdo****3ª Parte “Juízo sobre o consumo de drogas”**

n = 31

	7	8	9	9	9	Total *	Masc	Fem
	Regulação do consumo de drogas	Juízo sobre consumo de drogas	Enquadramento legal	Que leis	Justificação			
Considera o consumo como errado		23				23	12	11
Deve haver leis para regular o consumo			18			18	11	7
Autoridade para regular o consumo - Próprio	12					12	5	7
Considera o consumo como prejudicial		10				10	4	6
Autoridade para regular o consumo - Pais	10					10	7	3
Não deve haver leis para regular o consumo			7	2		9	3	6
Livre arbítrio	3	5				8	1	7
Autoridade para regular o consumo - Estado	7					7	2	5
Pressão/ influência dos amigos	5					5	4	1
Autoridade para regular o consumo - Escola	5					5	2	3
Autoridade para regular o consumo - Sociedade, através do castigo	1	4				5	3	2
Auto-Controlo	4					4	1	3
Dependência		2			1	3	2	1
Desafio às regras parentais e sociais				2	1	3	1	2
Informação sobre as consequências do consumo				1	1	2	0	2
Entretenimento		2				2	0	2
Impulso		1				1	0	1

* Total referente a quantidade de argumentos. Cada sujeito forneceu vários argumentos para cada temática.
As categorias não são mutuamente exclusivas

O Quadro 3 B diz respeito à terceira parte - “Juízo sobre o consumo de drogas”. A maioria dos argumentos apresentados revela que os jovens consideram o consumo como errado e que deve haver leis para regular este comportamento. A maioria das significações apresentadas pelos jovens revela também que a autoridade válida para regular o consumo deve ser em primeiro lugar o próprio em questão, e em segundo lugar os pais. Os rapazes referem mais vezes os pais como autoridade para regular o seu consumo de drogas.

4.2 - Análise de entrevistas - Análise desenvolvimentista de argumentos

Quadro 4

Classificação dos Argumentos por Nível de Desenvolvimento

n = 31

Nível	Argumentos	Número de Sujeitos	Masc	Fem	Frequência Total *	Parte da entrevista
1	Critérios externos e materiais	2	2		4	2
2	Visão prudencial e dualista	33	17	12	89	1, 2, 3
	Critérios externos e materiais	15	9	6	58	1, 2, 3
	Não coordena a perspectiva individual com a da sociedade	6	2	4	11	3
	Conformidade social - evitar consequências negativas	5	2	3	33	3
	Necessidades pessoais / Impulsos	4	2	2	10	2, 3
	Conformidade social por referência à autoridade	2		2	6	2
3	Reconhecimento de atributos internos	29	13	16	100	1, 2, 3
	Moralidade interpessoal e afectiva / Conformidade social por modelagem	29	15	14	72	2, 3
	Coordenação de perspectivas: – reconhece que o consumo pode ter conseq. negativas e positivas	15	7	8	24	1, 2, 3
	Diferencia vários níveis de efeitos a curto e longo prazo	15	8	7	18	1
	Distingue razões diferentes para padrões diferentes de consumo (diferença entre consumo ocasional e consumo regular)	14	6	8	18	2
	Conformidade social por necessidade de afirmação	11	6	5	22	2
	Relativismo	11	1	10	20	2, 3
	Moralidade convencional - estereótipo social do “bom amigo”	5	3	2	5	3
	Coordenação de perspectivas na óptica de uma 3ª pessoa	2		2	2	2
	Coordenação de diferentes ordens de razões para consumo	3	1	2	5	2
	Conformidade social para se enquadrar no contexto de diversão	2		2	3	2
4	Manutenção da consistência do sistema: - as leis devem ser adaptadas à realidade das pessoas. Não faz sentido haver leis que não vão ser cumpridas.	1	1		1	3
4,5	Coordenação de várias perspectivas sociais em vigor	1	1		1	3

* Total referente a quantidade de argumentos. Cada sujeito forneceu vários argumentos para cada temática. As categorias não são mutuamente exclusivas

O Quadro 4 apresenta a classificação dos argumentos por nível de desenvolvimento. As significações dos jovens foram analisadas do ponto de vista desenvolvimentista e depois classificadas por nível. Verifica-se que os argumentos apresentados para o consumo de substâncias encontram-se maioritariamente no nível 3 e em grande quantidade no nível 2. Os argumentos de nível 2 são assim classificados por reflectirem uma perspectiva individualista, que não coordena a perspectiva do próprio com a da sociedade, e que se encontra mais atenta às necessidades pessoais do que às normas sociais.

A visão prudencial e dualista está presente nas justificações apresentadas pelos jovens para o consumo de drogas (por exemplo, a justificação do consumo por pressão do grupo de pares - medo de exclusão). Neste caso são as consequências que levam ao cumprimento ou à transgressão das regras. Um outro exemplo da visão prudencial e concreta: *“É errado consumir porque origina dependência física”*.

Ao longo da análise das verbalizações verificou-se que os argumentos de nível 3 são os mais frequentes. Uma maioria de justificações para o consumo implica o reconhecimento de atributos ou motivos internos. Este reconhecimento é classificado como pertencendo ao nível 3 porque demonstra que o jovem considera as intenções daquele que pratica uma acção, isto é, considera as intenções daquele que escolhe consumir ou não. São exemplo as seguintes justificações de nível 3, manifestas na análise de conteúdo: os jovens consomem “para esquecer os problemas”, “para se afirmarem no grupo de amigos” ou por questões de “personalidade” (ver quadros 2 e 3A). O reconhecimento de motivos internos relaciona-se com a moralidade interpessoal e afectiva, e com a moralidade convencional, pois demonstra uma orientação para a manutenção da confiança interpessoal e da aprovação social, que são características de nível 3 (Colby & Kohlberg, 1987a). Os argumentos que reflectem uma tomada de perspectiva social na óptica de uma terceira pessoa também são classificados como pertencendo ao nível 3. Neste nível as pessoas coordenam em simultâneo pontos de vista opostos, como é o reconhecimento de que o consumo pode ter consequências negativas e efeitos agradáveis.

Regista-se uma minoria de argumentos de nível 1. Estes foram assim classificados porque reflectem significações baseadas em critérios externos, físicos e materiais. Um exemplo desta categoria é a justificação de um jovem de 13 anos: *“Alguns jovens não consomem porque não têm dinheiro”*. A categoria “critérios externos e materiais” é comum ao nível 1 e ao nível 2. Foi considerada como pertencendo ao nível 2 quando, ao contrário do exemplo anterior, são consideradas perspectivas em confronto, apesar de estas não serem coordenadas. No nível 2 a pessoa utiliza critérios concretos e imediatos para resolver este confronto e realizar interesses e desejos pessoais. Um exemplo de justificação referente à terceira parte: *“o jovem fica indeciso se vai consumir ou não (...) se tomasse podia abrir o apetite, mas também pode causar muitos problemas de saúde”*

As categorias de nível 4 e 4,5 também são pouco frequentes. Apela para a consistência do sistema social e para a coordenação de perspectivas sociais, isto é, para o balanceamento de pontos de vista na óptica de uma terceira pessoa que coordena perspectivas de forma racional (por exemplo: *“As leis devem ser feitas em função da realidade das pessoas para que haja uma maior probabilidade de serem cumpridas”*).

4.3 - Análise de entrevistas - Classificação por níveis em cada parte da entrevista

Quadro 5

Análise de Entrevistas - Classificação por Níveis em cada parte da entrevista

*n = 31 ***

Nível	1ª Parte <i>Conhecimento sobre efeitos e consequências das substâncias</i>			2ª Parte <i>Razões para Consumo ou Não Consumo</i>			3ª Parte <i>Dilema Moral e juízo sobre o consumo de drogas</i>		
	Total *	Sexo		Total *	Sexo		Total *	Sexo	
		Masc	Fem		Masc	Fem		Masc	Fem
1				3	3		1	1	
1,5									
2	9	5	4	50	33	17	62	36	26
2,5				24	13	11	43	13	30
3	21	10	11	91	37	54	73	36	37
3,5				1		1	4	3	1
4							1	1	
4,5							1	1	
5									

* Total referente a quantidade de argumentos. As categorias não são mutuamente exclusivas

** Cinco participantes não forneceram argumentos classificáveis

O Quadro 5 é referente à distribuição de significações em cada nível de desenvolvimento no decorrer da entrevista. Podemos observar que na primeira parte a maioria das significações se situa no nível 3 e as restantes pertencem ao nível 2. Não se registam argumentos classificados noutros níveis de desenvolvimento, nem diferenças relativamente ao género.

Na segunda parte da entrevista, “Razões para o consumo e não consumo”, a maioria das significações situa-se no nível 3 de desenvolvimento, tal como na primeira parte. Quanto à distribuição por género, são as raparigas que apresentam mais argumentos situados no nível 3. Este resultado pode dever-se ao facto de estas serem ligeiramente mais velhas (ver tabela 1). Em segundo lugar na ordem de frequência surgem os argumentos de nível 2. Os rapazes dão mais argumentos situados neste nível.

Na terceira parte da entrevista “Dilema moral e juízo sobre o consumo de drogas” a maioria das significações situam-se no nível 3, seguindo-se as de nível 2 e 2,5. Comparando estes resultados com os da segunda parte, a quantidade de argumentos de nível 3 diminuiu e aumentaram os argumentos situados no nível 2. Verificou-se a existência de significações de nível 1 e de nível 4, embora estas sejam pouco frequentes.

5 - DISCUSSÃO

No presente estudo pretendeu-se investigar o raciocínio moral dos jovens adolescentes sobre o consumo de substâncias ilícitas, analisando as suas significações sobre o tema.

Os resultados mostram que as principais significações dos jovens sobre os motivos para o consumo se relacionam com a influência dos pares, quer na forma de pressão dos mesmos, justificação dada principalmente pelas raparigas, quer através da necessidade de afirmação no grupo de amigos, motivo mais referido pelos rapazes. Estes dados estão de acordo com a literatura que enfatiza a influência dos pares como um dos factores de risco para o consumo de substâncias (Matos, 2008; Dick et al., 2007). O prazer e a curiosidade de experimentação são também percebidos pelos jovens como motivos fortes para o consumo. A dependência física é vista como um dos factores que contribui para a manutenção deste comportamento.

Matos & Equipa do Projecto Aventura Social (2003), no estudo “Health Behaviours in School-aged Children” investigaram os estilos de vida e os comportamentos dos adolescentes portugueses, utilizando um questionário de auto-administração numa amostra de estudantes do 6º, 8º e 10º anos. Os autores concluem que as razões para consumir drogas referidas pelos adolescentes são “querer experimentar”, “os amigos também consomem” e “sentirem-se sós”. No presente estudo foi utilizada uma metodologia diferente - a entrevista clínica, com a análise das justificações dadas pelos sujeitos. Apesar de os dois estudos utilizarem metodologias diferentes, os resultados indicam alguma coerência sobre a percepção dos jovens acerca dos motivos para o consumo. Verifica-se que as três principais justificações referidas pelos jovens incluem a influência dos pares e a experimentação, tal como no estudo de Matos et al. (2003).

A análise desenvolvimentista permite-nos verificar que as significações dos jovens são classificadas sobretudo no nível 2 e no nível 3 de desenvolvimento. Verifica-se também uma minoria de categorias situadas no nível 1 e no nível 4,5 que, contudo, não se reflectem em nenhuma classificação individual nestes níveis. Estes dados estão de acordo com o conhecimento de que o estágio 3 é o mais comum durante a adolescência (Kohlberg, 1984). Os programas de intervenção devem levar em conta as diferentes necessidades deste período da vida. A complexidade do raciocínio lógico e sócio-moral aumenta à medida que os indivíduos atravessam a adolescência, pelo que, se os adolescentes mais novos seguem uma lógica dualista e instrumental, os mais velhos têm mais capacidade para considerar as implicações sociais do consumo de uma forma mais abstracta e elaborada (Berkowitz & Begun, 2003).

Os dados obtidos sugerem que os pares devem ser envolvidos nos programas de prevenção, como defende Matos (2008), uma vez que os jovens percebem esta variável como um dos motivos mais importantes para o consumo. A influência de pares deverá ser um factor a considerar na construção de programas de prevenção, nomeadamente através da inclusão de estratégias de promoção de competências sociais, como o treino de competências de resistência social (Matos, 2005; Eisen, et

al., 2002). Perante os resultados obtidos consideramos que estratégias como a educação normativa poderão ser eficazes na prevenção do consumo. Esta metodologia incide na alteração da percepção das normas sociais (Baker, 2006). Uma vez que os jovens consideram que a influência dos pares é muito importante, a educação normativa pode contribuir para lhes demonstrar que as taxas actuais de consumo de outros jovens são mais baixas do que eles pensam.

Concluimos que a prevenção deve ser precoce, para que haja uma abordagem distal dos problemas e uma perspectiva desenvolvimentista. É também importante que a prevenção envolva vários comportamentos-problema para que seja eficaz, uma vez que estes comportamentos partilham os mesmos factores de risco e de protecção (Matos, 2008). Por fim, é de salientar a relevância de uma abordagem fenomenológica na concepção dos programas de prevenção, isto é, é importante considerar a construção do significado dos jovens acerca do consumo, ao longo do seu desenvolvimento, para que a mensagem de prevenção seja mais eficaz.

No que diz respeito às limitações do estudo é de referir que apesar do método da entrevista clínica permitir aceder às justificações e significações do sujeito, esta é também uma medida que depende da veracidade do participante e que é sujeita a enviesamentos como a desejabilidade social. Também a análise da entrevista é sujeita à interpretação do analisador. O método de classificação desenvolvimentista não foi baseado num procedimento estandardizado e universal, uma vez que os dilemas estandardizados foram substituídos por dilemas relacionados com o consumo de substâncias e as respostas foram classificadas a partir das descrições de estágio disponíveis em Colby e Kohlberg (1987a). Outra limitação é não existir uma análise por grupos de idade, devido ao desequilíbrio da amostra neste sentido. No entanto, a perspectiva do desenvolvimento sócio-cognitivo não pretende definir uma relação directa entre o desenvolvimento e idades fixas. Constata-se que não parece haver uma relação directa entre a idade e o nível de desenvolvimento, apesar de haver uma progressão para uma maior complexidade do raciocínio lógico e sócio-moral ao longo da adolescência. Quanto à amostra, esta não é representativa, o que limita a generalizabilidade dos resultados.

6 - Bibliografia

- Baker, G. (2006). Developing a Blueprint for evidence-based drug prevention in England. *Drugs: Education, prevention and policy*, 13 (1), 17-32.
- Bergen, H.A., Martin, G., Roeger, L., & Allison, S. (2005). Perceived academic performance and alcohol, tobacco and marijuana use: longitudinal relationships in young community adolescents. *Addictive Behaviours*, 30 (8), 1563-1573.
- Berkowitz, M.W., Guerra, N., & Nucci, L. (1991). Sociomoral development and drug and alcohol abuse. In W.M. Kurtines & J.L. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behaviour and development (volume 3)*(pp. 35-53). Hillsdale, NJ: L. Erlbaum.
- Berkowitz, M.W., Kahn, J.P., Mulry, G., & Piette, J. (1995). Psychological and philosophical considerations of prudence and morality. In M. Killen & D. Hart (Eds), *Morality in everyday Life: Developmental perspectives* (pp. 200-224). NY: Cambridge University Press
- Berkowitz, M.W. (2000). Character education as prevention. In W.B. Hansen, S.M. Giles, & M.D. Fearnow-Kenney (Eds.), *Improving prevention effectiveness* (pp. 37-45). Greensboro, NC: Tanglewood Research.
- Berkowitz, M.W., & Begun, A.L. (2003). Designing prevention programs: The developmental perspective. In Z. Sloboda & W. J. Bukoski (Eds.), *Handbook of drug abuse prevention: Theory, science, and practice* (pp. 327-348). Hingham MA: Kluwer Academic Publishers.
- Botvin, G., Baker, E., Dusenbury, L., Tortu, S., & Botvin, E. (1990). Preventing adolescent drug abuse through a multimodel cognitive-behavioral approach: Results of a 3-year study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 58 (4), 437-446.
- Colby, A., & Kohlberg, L. (1987a). *The measurement of moral judgement. Vol. 1: Theoretical foundations and research validations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Colby, A., & Kohlberg, L. (1987b). *The measurement of moral judgement. Vol. 2: Standard issue scoring manual*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cole, M., Cole, S., (2001). *The Development of Children*. 4th Ed., Worth Publishers, New York.
- Dick, D.M., Pagan, J.L., Viken, R., Purcell, S., Kaprio, J., Pulkkinen, L., & Rose, R.J. (2007). Changing environmental influences on substance use across development. *Twin Research and Human Genetics*, 10 (2), 315-326.

- Dusenbury, L., Brannigan, R., Falco, M., & Hansen, W. (2003). A review of research on fidelity of implementation: implications for drug abuse prevention in school settings. *Health Education Research*, 18 (2), 237-256.
- Eisen, M., Zellman, G., Masset, H., & Murray, D. (2002). Evaluating the Lions-Quest “Skills for Adolescence” drug education program: First-year behavior outcomes. *Addictive Behaviors*, 27, 619-632.
- Hallfors, D., Waller, M., Bauer, D., Ford, C., & Halpern, C. (2005). Which comes first in adolescence - Sex and drugs or depression? *American Journal of Preventive Medicine*, 29 (3), 163-170
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development. Vol. 2: The psychology of moral development: Moral stages, their nature and validation*. New York: Harper & Row.
- Lourenço, O.M., (2002). *Psicologia do desenvolvimento moral: teoria, dados e implicações*. 3ª Ed., Coimbra: Almedina.
- Matos, M.G. & Equipa do Projecto Aventura Social (2000). *A saúde dos adolescentes portugueses*. Lisboa: FMH/ PEPT-Saúde
- Matos, M.G. & Equipa do Projecto Aventura Social (2003). *A saúde dos adolescentes portugueses (Quatro anos depois)*. Lisboa: Edições FMH.
- Matos, M.G. (Ed.). (2005). *Comunicação, gestão de conflitos e saúde na escola*. Lisboa: CDI/ FMH.
- Matos, M.G. & Equipa do Projecto Aventura Social (2006). *A saúde dos adolescentes portugueses - Hoje e em 8 anos*. <http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/> Accessed 11-10-2010
- Matos, M.G., (2008). *Consumo de substâncias: Estilo de vida? À procura de um estilo?* Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência,
- Matos, M.G., (2008). A saúde do adolescente: O que se sabe e quais são os novos desafios. *Análise Psicológica*, 26 (2), 251-263.
- Mcbride, N. (2003). A systematic review of school drug education. *Health Education Research*, 18 (6), 729-742.
- McCrystal, P., Higgins, K., & Percy, A. (2005). Substance abuse among 12 and 13 year-old young people in Belfast at high risk of developing problem drug use. *Child Care in Practice*, 11 (3), 313-321.
- Oetting, E.R., Beauvais, F. (1987). Peer cluster theory, socialization characteristics, and adolescent drug use: a path analysis. *Journal of Counseling Psychology*, 34 (2), 205-213
- Office of National Drug Control Policy, (2006). *Girls and Drugs. A New Analysis: Recent Trends, Risk Factors and Consequences*. Washington DC, USA: Executive Office of the President

- Patton, C.G., Coffey, C., Carlin, J.B., Degenhardt, L., Lynskey, M., & Hall, W. (2002). Cannabis use and mental health in young people: cohort study. *British Medical Journal*, 325, 1195-1198
- Saint-Jean, G., Martinez, C., & Crandall, L. (2008). Psychosocial mediators of the impact of acculturations on adolescent substance abuse. *J Immigrant Minority Health*, 10, 187-195.
- Simões, C., Matos, M.G., & Batista-Foguet, J. (2006). Consumo de substâncias na adolescência: um modelo explicativo. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 7 (2), 147-164.
- Simões, C., Matos, M.G., & Batista-Foguet, J. (2008). Consumo de substâncias na adolescência: revisão de um modelo explicativo. In M.G. Matos (Ed.), *Consumo de substâncias: Estilo de Vida? À procura de um estilo?* Lisboa: IDT
- Spooner, C. & Hall, W. (2002). Preventing drug misuse by young people. We need to do more than “just say no”. *Addictions*, 97, 478-481.
- Substance Abuse and Mental Health Services Administration (2002). *The National Cross-site Evaluation of High-Risk Youth Programs*. Rockville, MD: Center for substance abuse prevention, DHHS Publication.
- Tobler, N.S., & Stratton, H. (1997). Effectiveness of school based drug prevention programs: a meta-analysis of the research. *Journal of primary prevention*, 18, 71-128.
- Tobler, N.S., Lessard, T., Marshall, D., Ochshorn, P., & Roona, M. (1999). Effectiveness of school-based drug prevention programs for marijuana use. *School Psychology International*, 20, 105-137.
- Willig, C. (2008). *Introducing qualitative research in psychology*. 2nd. Ed. Berkshire, England: McGraw-Hill
- Wills, T.A., Ainette, M.G., Gibbons, F.X., Stoolmiller, M., & Shinar, O. (2008). Good self-control as a buffering agent for adolescent substance use: An investigation in early adolescence with time-varying covariates. *Psychology of addictive behaviours*, 22 (4), 459-471.
- Windle, M., Miller-Tutzauer, C. & Domenico, D. (2000). Alcohol use, suicidal behavior, and risky activities among adolescents. In G. Adams (Ed.), *Adolescent development: The essential readings*. Oxford: Blackwell.

7 - Anexos

ANEXO 1

Entrevista Individual

Como sabes, actualmente existe uma grande preocupação com a questão das drogas legais e ilegais, e opiniões bastante diferentes sobre este tema. Esta entrevista serve para conhecermos e compreendermos melhor a opinião dos jovens da tua idade sobre este tema. Tudo o que disseres aqui é completamente confidencial, e não será de algum modo utilizado para fazer uma classificação ou avaliação do teu comportamento. Pedimos-te portanto, que dêes respostas o mais autênticas e completas que conseguires.

1. Que tipos de drogas conheces?

2. Que efeitos e consequências estão associados com os diferentes tipos de drogas?

3. Consumo

- a. Porque razões achas que os jovens consomem drogas?
- b. E porque razões achas que outros jovens não consomem drogas?

4. Experimentação e Continuação

- a. Porque razões alguns experimentam e continuam?
- b. Porque razões alguns experimentam e não continuam?

5. Consumo Ocasional/ Regular

São as mesmas razões que levam a experimentar, a consumir ocasionalmente (só às vezes) e a continuar a consumir regularmente, ou pode haver razões diferentes? Quais?

Quais as razões para um jovem consumir essas substâncias?

6. Situação/ Dilema

O João/ A Filipa tem a tua idade e encontra-se numa festa com alguns dos seus amigos. A certa altura estes amigos consomem marijuana e oferecem-na ao João/ à Filipa. Este/a sente-se indeciso – por um lado sente vontade de aceitar, por outro lado, acha que é melhor não.

- a. O que é que achas que ele/ ela vai decidir? Porquê?
- b. Em que razões achas que ele/ ela vai pensar para tomar uma decisão?
- c. E se fosse heroína, achas que o João/ a Filipa pensava da mesma maneira? Porquê?
- d. Nesta tomada de decisão, achas que ele/ ela vai considerar os efeitos e as consequências desta substância? Que papel achas que as opiniões das outras pessoas (pais e amigos) terão? Porquê? Seria importante para ti saber se a substância é legal ou ilegal?

7. Autoridade institucional ou pessoal válida para regular o consumo de drogas

Quem (pessoa ou instituição) deve ter o direito de regular (controlar, vigiar, castigar) os teus comportamentos e atitudes, e os dos outros jovens, relativamente ao consumo de drogas?

8. Juízo sobre consumo de drogas

Independentemente daquilo que a lei diz, ou do que os outros pensam, gostaria de conhecer a tua opinião.

- a. Até que ponto consideras certo ou errado o consumo de cada uma das substâncias referidas (legais e ilegais)?
- b. Até que ponto consideras prejudicial (para o próprio) o consumo de cada uma das substâncias referidas (idem)?

9. Enquadramento Legal

- a. Achas que deveria haver leis para regular o consumo de drogas (sim/não)?
- b. Quais?
- c. Porquê?

ANEXO 2

Grelha de análise da entrevista individual

Referência:	Data: / /		
Pergunta/ Resposta	Categorização		Nível
	Categoria	Subcategoria	
2. Efeitos e conseqüências			
<i>Que efeitos e conseqüências estão associados com os diferentes tipos de drogas?</i>			
Razões para o consumo de drogas ilegais			
3a. Consumo			
<i>Porque razões achas que os jovens consomem drogas?</i>			
3b. Não consumo			
<i>E porque razões achas que outros jovens não consomem drogas?</i>			
4a. Experimentação e continuação			
<i>Porque razões alguns experimentam e continuam?</i>			
4b. Experimentação e não continuação			
<i>E porque razões outros experimentam e não continuam?</i>			
Consumo Ocasional/ Regular			
<i>São as mesmas razões que levam a experimentar, a consumir ocasionalmente (só às vezes), e a continuar a consumir regularmente, ou que pode haver razões diferentes? Quais?</i>			
5a. Consumo ocasional			
5a. Consumo regular			

Situação / Dilema			
6. Consumo de Marijuana			
<i>O que achas que ele/ ela vai decidir?</i>			
6. Consumo de Heroína			
<i>O que achas que ele/ ela vai decidir?</i>			
Razões para a tomada de decisão			
<i>Em que razões achas que ele/ ela vai pensar para tomar uma decisão?</i>			
6a.1. Efeitos/ consequências da substância			
6a.2. Papel da opinião das outras pessoas			
6a.3. O estatuto legal da droga			
Autoridade institucional/ pessoal válida para regular o consumo de drogas			
7. O próprio			
Os outros (pais....)			
A escola			
O estado			
Juízo sobre o consumo de drogas			
8. É certo			
É errado			
É prejudicial			
Não é prejudicial			
Enquadramento legal			
<i>Leis para regulamentar o consumo de drogas</i>			
9.1. Sim			
Não			
9.2. Que leis?			
9.3. Justificação			

ANEXO 3

Carta enviada aos Conselhos Executivos das escolas

Exmo. Sr. Presidente
do Conselho Executivo da Escola (...)

O presente estudo intitula-se “Desenvolvimento Sócio - Moral e Consumo de Substâncias Ilícitas” e é realizado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

O objectivo desta investigação é compreender como é que os jovens pensam sobre o consumo de substâncias, de modo a ser possível fundamentar melhor futuras acções de prevenção de comportamentos de risco e de promoção da saúde. Esta pesquisa está a ser realizada junto de jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 19 anos.

Vimos por este meio solicitar autorização para realizar parte do nosso estudo na presente escola. A recolha de dados consiste na realização de uma entrevista individual com duração entre 15 a 25 minutos.

Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração e posteriormente iremos facultar os resultados desta pesquisa.

Com os melhores cumprimentos,

Dória Santos

ANEXO 4

Transcrição de entrevista individual

Referência: 051126 010 Fem 17	Data: 26 / 11 / 2005
-------------------------------	----------------------

Pergunta/ Resposta	Categorização		Nível
	Categoria	Subcategoria	

2. Efeitos e consequências			
<p>Que efeitos e consequências estão associados com os diferentes tipos de drogas?</p> <p><i>“A curto prazo acho que pode ficar sensação de “voar”, mas acho que a longo prazo vai danificando o corpo e a mente. (...) afecta as pessoas que não estejam de acordo com as drogas, faz-hes mal, faz impressão.”</i></p> <p>Portanto afecta também os amigos e a família, quem gosta da pessoa?</p> <p><i>“Claro”</i></p> <p>Achas que há efeitos diferentes nestas drogas que referiste?</p> <p><i>“Acho que umas são mais leves que outras, mas a longo prazo podem ter mais ou menos os mesmos efeitos.”</i></p>	<p>Diferencia vários níveis de efeitos a curto e longo prazo.</p> <p>Consequências físicas e sociais</p>	<p>Prejudica o corpo e a rede social</p>	
Razões para o consumo de drogas ilegais			
3a. Consumo			
<p>Porque razões achas que os jovens consomem drogas?</p> <p><i>“Eu acho que muitos dos casos são por influência - os amigos fumam, vamos experimentar. Mas noutros estão tão desesperados, sem apoio familiar, que a única saída que vêem do dia-a-dia é quando consomem drogas e sentem-se melhor.”</i></p> <p>É aquela sensação de “voar” que tu falaste?</p> <p><i>“Sim, eles pensam - ahh, ao menos neste momento estou bem.”</i></p>	<p>Conformidade social por modelagem</p> <p>Reconhecimento de atributos internos e de necessidades pessoais</p>	<p>Afirmação no grupo de amigos</p> <p>Desespero</p> <p>Falta de apoio familiar</p>	3

3b. Não consumo			
<p>E porque razões achas que outros jovens não consomem drogas?</p> <p><i>“Muitos porque já viram casos de pessoas com dependência e viram o que faz sofrer; outros nunca tiveram coragem, com medo de ficarem viciados; talvez como tiveram uma educação mais rígida em casa, pensam nisso.”</i></p> <p>Uma educação mais rígida, em que sentido?</p> <p><i>“Não é mais rígida, é em que falem mais, pois muitos pais se calhar não falam com os filhos, eles não sabem a opinião dos pais, então pensam que um não faz mal, dois não faz mal, e é assim que começa.”</i></p>	Moralidade interpessoal e afectiva	Exemplo de outros próximos com dependência	3
	Atributos internos (medo) conduzem ao evitamento do comportamento	Dependência	2,5
	Evitar consequências negativas	Educação rígida	3
	Moralidade interpessoal e de aprovação social	Valoriza a opinião dos pais	3
4a. Experimentação e continuação			
<p>Porque razões alguns experimentam e continuam?</p> <p><i>“Para já há as razões biológicas, pessoas que têm mesmo problemas.”</i></p> <p>Podem explicar um bocadinho melhor?</p> <p><i>“Por exemplo, conheço uma rapariga que o avô e o pai eram alcoólicos, e ela não bebe porque tem medo de ter a mesma tendência que o pai. Ainda por cima o pai dela morreu porque andava muito bêbado e caiu, por isso ela tem uma vivência muito traumática.”</i></p>		Influências biológicas e genéticas	
		Exemplo dos pais	
4b. Experimentação e não continuação			
<p>E porque razões outros experimentam e não continuam?</p> <p><i>“Outros gostaram da sensação, mas não se sentiram tão bem como esperavam, perderam os sentidos, sentiram uma falta de controlo e ficam desiludidos.”</i></p>	Moral prudencial - evitar consequências negativas	Sensação desagradável	2
		Desilusão	3
		Expectativa de prazer	
Consumo Ocasional/ Regular			
São as mesmas razões que levam a experimentar, a consumir ocasionalmente (só às vezes), e a continuar a consumir regularmente, ou que pode haver razões diferentes? Quais?			
5a. Consumo ocasional			
<p><i>“Eu acho que as razões são as mesmas: divertir, ter sensações novas. Só que há uns que têm força.”</i></p>		Consumo ocasional - entretenimento	
		Experimentação	

5a. Consumo regular			
<i>“Outros não têm a aptidão biológica para dizer não.”</i>	Distingue razões diferentes para padrões diferentes de consumo.”	Entretenimento e experimentação Diferenças biológicas	3
Situação / Dilema			
6. Consumo de Marijuana			
O que achas que ele/ ela vai decidir? <i>“Se estiver numa festa com muita gente, vai ceder. Vai depender dos amigos, se eles aceitam o “não” dela. Se não a respeitarem é muito provável ela tomar a droga, é preciso ser muito forte para não ceder.”</i>	Conformidade social por uma questão de aprovação social ou confiança interpessoal Reconhecimento de atributos internos	Pressão dos amigos Personalidade forte	3
6. Consumo de Heroína			
O que achas que ele/ ela vai decidir? <i>“Não, porque os “charros” é uma coisa banal, mas a heroína é uma coisa pesada (...). Seria mais difícil de persuadir, se ela tiver os valores bem definidos pelos pais, na educação que lhe dão em casa.”</i>	Moralidade interpessoal e afectiva	Pressão dos amigos vs Educação e transmissão de valores	3
Razões para a tomada de decisão			
<i>Em que razões achas que ele/ ela vai pensar para tomar uma decisão?</i>			
6a.1. Efeitos/ consequências da substância			
<i>“Se calhar não faz mal experimentar, mas ela vai pensar que pode gostar ou que pode não gostar (...) a noite pode correr mal para ela. Acho que ela vai pensar no bem e no mal.”</i>	Coordenação de perspectivas - o consumo pode ter consequências positivas e negativas	Reconhece que os jovens podem sentir prazer Ponderação das consequências	3
6a.2. Papel da opinião das outras pessoas			
<i>“Acho que sim, não a longo prazo, mas no curto prazo sim, ela vai pensar nos pais, na imagem dela perante os amigos. Ela também pode fumar para contrariar os pais e para se dar bem com os amigos”</i>	Moralidade interpessoal e afectiva. Conformidade social por necessidade de afirmação	Valorização da opinião dos pais Influência dos amigos Afirmação no grupo de amigos	3
6a.3. O estatuto legal da droga			
<i>“Acho que não tinha em causa ser legal ou não.”</i>		Estatuto legal não é importante	

Autoridade institucional/ pessoal válida para regular o consumo de drogas				
7. O próprio Os outros (pais....) A escola O estado				
<i>"Ninguém pode controlar estas coisas. Os jovens com auto-consciência vão-se controlar, mas os outros (...). É como ter um diabinho ou um anjo a dizer-nos o que fazer."</i>		Moralidade interpessoal e afectiva. Conformidade social por necessidade de afirmação	Valorização da opinião dos pais Influência dos amigos Afirmação no grupo de amigos	3
Juízo sobre o consumo de drogas				
8. É certo É errado É prejudicial Não é prejudicial	X X			
<i>"Não compreendo porque é que as pessoas consomem, quando uma pessoa perde os sentidos, e não sabe o que está a fazer, é sempre prejudicial."</i>		Reconhecimento de atributos internos	Perda de controlo	3
Enquadramento legal				
<i>Leis para regulamentar o consumo de drogas</i>				
9.1. Sim Não	X			
9.2. Que leis?				
<i>"Eu acho que não se deve legalizar o consumo de drogas."</i>				
9.3. Justificação				
<i>"Porque não é por isso que os jovens deixam de consumir. Está de tal maneira implantado que não é por a lei mudar que as pessoas mudam. Depende da educação dos jovens, da formação. Os próprios pais devem falar mais com os filhos e os professores [também]."</i>		Relativismo. Não apela ainda para uma moralidade baseada no sistema social Moralidade interpessoal	As leis não são determinantes Educação Formação Transmissão de valores	3